

NOTA DO EDITOR

Desde que a Constituição Brasileira definiu o que constitui o patrimônio cultural, a revisão sobre os conceitos, critérios de identificação e valorização dos bens culturais tem sido objeto de pesquisas científicas em vários campos disciplinares: arquitetura e urbanismo, história, geografia, antropologia, arqueologia, turismo e direito, para citar alguns. Apesar da origem disciplinar, em geral, os estudos voltados ao patrimônio cultural, bem como o enfrentamento dos problemas, na prática, pelos órgãos técnicos, necessitam incorporar contribuições de várias áreas do conhecimento, de forma a contemplar a complexidade das questões que envolvem o seu reconhecimento, valorização e gestão. Tais reflexões e experiências são hoje parâmetros considerados nas políticas públicas e culturais das cidades, nos planos diretores, nos projetos urbanos, nas operações de recuperação e reabilitação de centros e setores urbanos.

A valorização da própria cidade, enquanto produto social e cultural, integrador, portanto, de múltiplas formas de manifestação cultural tanto materiais quanto imateriais, tem levado a que cada vez mais as questões sobre sua preservação sejam objeto de investigações na área do urbanismo, que se valem do amplo conhecimento crítico já produzido, a partir da realização de inventários e outros estudos setoriais, das experiências de atuação em programas de preservação de conjuntos e de gestão em todos os níveis de governo. Em especial, a partir do final dos anos 1990, várias experiências tiveram a cidade e seus bairros como foco de políticas de integração urbana na América Latina e nos países ibéricos, em geral, com grande protagonismo de governos locais ou que exigiram articulação entre diversas instâncias de governo para sua atuação sobre os territórios. Iniciam-se programas de conservação e preservação de espaços públicos, delimitação de zonas de conservação histórica, programas de reabilitação patrimonial para habitação social, isenções/renúncias fiscais e outras formas de compensação, baseadas em direitos constitucionais. Por outro lado, também a visão de conjunto do legado cultural como um recurso econômico foi explorada em programas de recuperação, requalificação e reabilitação de edifícios em áreas preservadas, com grande apelo para a exploração turística e econômica privada.

Reconhece-se neste processo um avanço em relação ao tratamento isolado da preservação dos bens culturais, classificados como históricos ou artísticos e selecionados em gabinetes técnicos de preservação. Contudo, considerando que ainda são poucos os resultados efetivos, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da maioria da população diretamente afetada, como apontam estudos sobre os processos de valorização econômica e, em alguns casos, de deslocamentos de populações assentadas nas áreas regeneradas, é urgente uma discussão mais ampla sobre alguns insucessos, assim como sobre instrumen-

tos eficazes, mas pouco utilizados, e sobre os múltiplos fenômenos contraditórios que as intervenções urbanas voltadas para a valorização e recuperação do patrimônio provocam, na maioria das vezes, observados apenas por seus resultados visíveis sob o aspecto material.

Há muitas lacunas na divulgação de análises pós-intervenções, de estudos sobre a própria natureza do patrimônio que superem a visão estrita de seu caráter material ou imaterial e que considerem a visão da população envolvida como um dos parâmetros a serem considerados nas políticas de preservação. Desta lacuna não se pode excluir a discussão mais ampla das condições de gestão do patrimônio cultural e de formas mais efetivas de aproximação entre o conhecimento produzido — acadêmico e técnico — e as formas de difusão social.

Em países como Espanha e Portugal, a recuperação do patrimônio cultural e os projetos de intervenção em centros e áreas históricas tornaram-se parte de políticas urbanas apenas depois de concluídos os processos de redemocratização, no final da década de 1970. Uma década mais tarde, o olhar dos países latino-americanos, em suas retomadas de discussão dos problemas urbanos, também coincidentes com a consolidação de processos democráticos ou períodos especiais de planejamento e gestão, volta-se para a intervenção em áreas consolidadas, centrais e periféricas, que demandam novos instrumentos de intervenção, distintos dos que até então haviam sido utilizados para a regulação e ordenamento em novas áreas de extensão urbana. São experiências correlatas, guardadas as diferenças de cada contexto, que podem contribuir mutuamente para a compreensão do estado atual das políticas de preservação nas cidades, que incluem os planos urbanos, as metodologias de intervenção sobre edifícios e conjuntos patrimoniais, além de estratégias de participação dos entes envolvidos na sua utilização e gestão.

Com essas premissas, o nº14 (2) — maio/agosto de 2017 da Revista Oculum Ensaios reúne artigos de reconhecidos pesquisadores ibero-americanos da área de preservação e gestão do patrimônio cultural. É a primeira revista de uma série que será publicada anualmente em formato de dossiê, sem prejuízo das submissões de artigos por fluxo contínuo, que continuarão a ser publicados regularmente.

O resultado não poderia ser mais estimulante para a discussão em pauta, começando pelo editorial das pesquisadoras da Universidade de Oriente de Cuba, Milene Soto Suárez e Maria Teresa Muñoz Castillo, que gentilmente aceitaram nosso convite e dos editores associados Aníbal Costa (Universidade de Aveiro), Eduardo Mosquera Adell (Universidade de Sevilha) e Maria Teresa Pérez Cano (Universidade de Sevilha), responsáveis pelo sucesso desta edição.

Portanto, é com satisfação que os convidamos à leitura do DOSSIÊ PATRIMÔNIO CULTURAL IBERO-AMERICANO.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI | Editora-Chefe

RENATA BAESSO PEREIRA | Editora Associada POSURB PUC-Campinas

EDITOR'S NOTE

Since the definition of cultural patrimony in the Brazilian Constitution, the revision of concepts and criteria for identifying and giving cultural goods their proper value has been the focus of scientific research in multiple disciplines — architecture and urbanism, history, geography, anthropology, archaeology, tourism and law, to name a few. Despite their disciplinary origins, studies on cultural heritage, as well as correlated technical organs' practical problem-solving strategies need to incorporate contributions from several areas of knowledge to contemplate the complex issues involved in their recognition, valuing and management. Such reflection and experiences constitute the current parameters for public and cultural policies in cities, master plans, urban projects, operations for recovery and rehabilitation of city centers and urban sectors.

Valuing the city as a social and cultural product that integrates multiple forms of material and immaterial cultural manifestations increasingly leads to the investigation of its preservation in urbanistic research, where broad knowledge has been built in the form of inventories, sectorial studies, experiences in preservation of projects and governmental management at all levels. Mainly from the end of the 90s, several experiences of urban integration in Latin America and Iberic countries focused on neighborhoods and cities. With local governments as protagonists, they demanded the interaction of several governmental instances to act over territories. Programs for conservation and preservation of public spaces, delimitation of zones of historical conservation, patrimonial rehabilitation for public housing, fiscal exemption/waiver and other forms of constitutional rights-based compensation begin. On the other hand, the general view of cultural legacy as an economic resource was explored in recovery, requalification and rehabilitation programs for buildings in preserved areas, with great appeal to private touristic and economic exploration.

One can recognize progress in relation to the isolated treatment of cultural goods preservation, formerly classified as historical or artistic and selected in technical offices for preservation. However, as results fall short in improving the quality of life of the directly affected population, as pointed by studies on economic valuing and displacement of settlements in regenerated areas, a discussion on failures, efficient but largely unused instruments and multiple contradictory effects provoked by urban interventions for patrimonial valuing and recovery, which are mostly observed only in its visible material effects, is urgently needed.

There are many gaps in the diffusion of post-intervention analyses and studies on the nature of patrimony that overcome the strict view of its material or immaterial character and take the perspective of the population involved as a parameter for preserva-

tion policies. Also included in this gap are the broader discussions on cultural heritage management and on more effective ways to approximate the knowledge produced — both academic and technical — to its forms of social diffusion.

In countries like Spain and Portugal, cultural heritage recovery and intervention projects for city centers and historic areas began to integrate urban policies only in the end of the 70s, after the conclusion of re-democratization processes. A decade later, Latin American perspectives in resuming discussions on urban problems, also coincident with the consolidation of democracies or with special periods for planning and management, turns to interventions in consolidated areas, both central and peripheral, that demand new instruments, other than the ones previously used to regulate and order new areas of urban extension. Even as settled in different contexts, these are correlated experiences that might contribute to understanding the current state of preservation policies in cities, including urban plans, intervention methodologies for buildings and patrimonial projects, as well as strategies for participation of entities involved in its use and management.

With those premises, *Oculum Ensaios* number 14(2), May/August 2017, gathers articles of recognized ibero-american researchers in the preservation and management of cultural heritage. It is the first number of a series that we will publish annually in the form of a dossier, without affecting our regular publications.

Results could not be more stimulating to the discussion at stake. Opening with the editorial by researchers Milene Soto Suárez and Maria Teresa Muñoz Castillo from the Universidade de Oriente de Cuba, who have gently accepted our invitation, and associate editors Aníbal Costa (Universidade de Aveiro), Eduardo Mosquera Adell (Universidade de Sevilha) and Maria Teresa Pérez Cano (Universidade de Sevilha), who are also responsible for this edition's success.

We happily invite all to read the IBERO-AMERICAN CULTURAL HERITAGE DOSSIER.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI | Editor-in-Chief

RENATA BAESSO PEREIRA | Associate Editor POSURB PUC-Campinas

NOTA DEL EDITOR

Desde que la Constitución Brasileña definió lo que constituye el patrimonio cultural, la revisión sobre los conceptos, criterios de identificación y valoración de los bienes culturales ha sido objeto de investigaciones científicas en varios campos disciplinares: arquitectura y urbanismo, historia, geografía, antropología, turismo y derecho, para citar algunos. A pesar del origen disciplinar, en general, los estudios volcados al patrimonio cultural, así como el enfrentamiento de los problemas, en la práctica, por las áreas técnicas, necesitan incorporar contribuciones de varias áreas del conocimiento de forma a contemplar la complejidad de las cuestiones de su reconocimiento, valorización y gestión. Dichas reflexiones y experiencias son hoy parámetros considerados en las políticas públicas y culturales de las ciudades, en los planes de ordenación del territorio, en los proyectos urbanos y en las operaciones de recuperación y rehabilitación de centros y sectores urbanos.

La valorización de la propia ciudad como producto social y cultural, integrador, por lo tanto, de múltiples formas de manifestación cultural, tanto materiales como inmateriales, ha hecho que progresivamente las cuestiones sobre su preservación se desplacen para el campo del urbanismo y de la planificación. Y que se basa en el amplio conocimiento crítico ya producido, a partir de la realización de inventarios y otros estudios sectoriales de las experiencias de actuación en programas de preservación de conjuntos y de gestión en todos los niveles de gobierno. En especial, desde finales de los años 1990, varias experiencias tuvieron la ciudad y sus barrios como foco de las políticas de integración urbana en la América Latina y en los países ibéricos, en general, con gran protagonismo de los gobiernos locales. O exigieron la articulación entre diversas instancias de gobierno, para su actuación sobre los territorios. Empiezan programas de conservación y preservación de espacios públicos, delimitación de zonas de conservación histórica, programas de rehabilitación patrimonial para vivienda social, exenciones/deducciones fiscales y otras formas de compensación basadas en derechos constitucionales. Por otra parte, también la visión de conjunto del legado cultural como un recurso económico ha sido explorada en programas de recuperación, recalificación y rehabilitación de edificios en áreas preservadas, con gran reclamo atractivo para la exploración turística y económica privada.

Se reconoce en ese proceso un avance en relación al tratamiento aislado de la preservación de los bienes culturales, clasificados como históricos o artísticos y seleccionados en departamentos técnicos de preservación. Sin embargo, considerando que aún son pocos los resultados efectivos desde el punto de vista de la mejoría de la calidad de vida de gran parte la gente directamente afectada, como apuntan estudios sobre los procesos de valorización económica y, en algunos casos, de desplazamientos de poblaciones en las áreas regeneradas,

es urgente una discusión más amplia sobre algunos fracasos, así como sobre instrumentos eficaces, pero poco utilizados, y sobre los múltiples fenómenos contradictorios, que las intervenciones urbanas volcadas para la valorización y recuperación del patrimonio provocan, en su mayor parte observados solamente por sus resultados visibles desde el aspecto material.

Hay muchas fallas en la divulgación de análisis pos-intervenciones, de estudios sobre la propia naturaleza del patrimonio que superen la visión estricta de su carácter material o inmaterial y que consideren la visión de la población involucrada como parte de los parámetros considerados en las políticas de preservación. De las omisiones no se puede excluir la discusión más amplia de las condiciones de gestión del patrimonio cultural y de formas más efectivas de aproximación entre el conocimiento académico y técnico producido y formas de difusión social.

En países como España y Portugal, la recuperación del patrimonio cultural y los proyectos de intervención en centros y áreas históricas se tornaron parte de políticas urbanas a penas tras concluidos los procesos de redemocratización, al final de la década de 1970. Una década más tarde, la mirada de los países latinoamericanos, en sus recuperaciones de la discusión de los problemas urbanos, también coincidentes con la consolidación de procesos democráticos o periodos especiales de planeamiento y gestión, se vuelve para la intervención en áreas consolidadas, centrales y periféricas, que demandan nuevos instrumentos de intervención, distintos de los que hasta entonces habían sido utilizados para la regulación y ordenación en nuevas áreas de extensión urbana. Son experiencias correlacionadas, salvadas las diferencias de cada contexto, que pueden contribuir mutuamente para la comprensión del estado actual de las políticas de preservación en las ciudades, que incluyen los planos urbanos, las metodologías de intervención sobre edificios y conjuntos patrimoniales, además de estrategias de participación de los involucrados en su utilización y gestión.

Con esas premisas, el n°14 (2) — mayo/agosto de 2017 de la Revista *Oculum Ensaio* reúne artículos de reconocidos investigadores iberoamericanos del área de preservación y gestión del patrimonio cultural. Es la primera revista de una serie que será publicada anualmente en formato de dossier, sin perjuicio del envío de artículos por flujo continuo, que seguirán siendo publicados regularmente.

El resultado no podría ser más estimulante para la discusión en pauta, empezando por el editorial de las investigadoras de la Universidad de Oriente de Cuba, Milene Soto Suárez y María Teresa Muñoz Castillo, que amablemente aceptaran nuestra invitación y de los editores asociados Aníbal Costa (Universidad de Aveiro), Eduardo Mosquera Adell (Universidad de Sevilla) y María Teresa Pérez Cano (Universidad de Sevilla), corresponsales por el suceso de esa edición.

Por lo tanto, nos complace invitarles a la lectura del DOSSIER PATRIMONIO CULTURAL IBEROAMERICANO.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI | Editora-Jefe

RENATA BAESSO PEREIRA | Editora Asociada POSURB PUC-Campinas